

Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2014 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.


Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de março de 2015


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC n° 1 SP 257330/O-5

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	17.169	14.629	Empréstimos bancários e debêntures	15	16.916	6.767
Contas a receber de clientes	9	26.043	22.287	Fornecedores	14	6.953	6.547
Partes relacionadas	11	-	6.433	Impostos e contribuições a recolher	16	1.444	1.289
Estoques		204	288	Salários, provisões e encargos sociais	17	3.717	3.665
Impostos a recuperar	10	7.495	6.555	Total do passivo circulante		<u>29.030</u>	<u>18.268</u>
Outros créditos		1.098	746				
Total do ativo circulante		<u>52.009</u>	<u>50.938</u>	NÃO CIRCULANTE			
				Empréstimos bancários e debêntures	15	220.099	203.412
NÃO CIRCULANTE				Instrumentos financeiros	25	-	1.355
Impostos a recuperar	10	10.622	10.021	Total do passivo não circulante		<u>220.099</u>	<u>204.767</u>
Impostos diferidos	24	1.585	1.247	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Contas a receber de clientes	9	3.753	1.012	Capital social	19	172.460	153.912
Instrumentos financeiros	25	10.198	2.471	Reservas de lucro	19	129	-
Outros créditos		702	-	Ajuste de avaliação patrimonial		(2.617)	(2.327)
Investimentos		1	1	Prejuízos acumulados		<u>(34.138)</u>	<u>(36.580)</u>
Imobilizado	12	293.085	260.512	Total do patrimônio líquido		135.834	115.005
Intangível	13	13.008	11.838				
Total do ativo não circulante		<u>332.954</u>	<u>287.102</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u><u>384.963</u></u>	<u><u>338.040</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>384.963</u></u>	<u><u>338.040</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
RECEITA OPERACIONAL	20	87.062	76.016
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	21	(48.709)	(45.857)
LUCRO BRUTO		<u>38.353</u>	<u>30.159</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais	22	(14.244)	(11.914)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>732</u>	<u>(538)</u>
		<u>(13.512)</u>	<u>(12.452)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	23	(24.221)	(27.157)
Receitas financeiras	23	<u>1.762</u>	<u>1.011</u>
		<u>(22.459)</u>	<u>(26.146)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.382	(8.439)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	24	189	(451)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>2.571</u>	<u>(8.890)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - EM R\$		<u>0,02</u>	<u>(0,06)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.571	(8.890)
PERDAS EM OPERAÇÕES COM		
Item que será posteriormente reconhecido em resultados- "Hedge" de fluxo de caixa, líquido do imposto de renda e da contribuição social	(290)	(2.327)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	<u>2.281</u>	<u>(11.217)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucro</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	19	117.912	-	-	(27.690)	90.222
Aumento de capital social		36.000	-	-	-	36.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.890)	(8.890)
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	(2.327)	-	(2.327)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	19	153.912	-	(2.327)	(36.580)	115.005
Aumento de capital social		18.548	-	-	-	18.548
Outros resultados abrangentes do exercício		-	-	(290)	-	(290)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.571	2.571
Constituição de reserva legal		-	129	-	(129)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		<u>172.460</u>	<u>129</u>	<u>(2.617)</u>	<u>(34.138)</u>	<u>135.834</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.571	(8.890)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	18.523	17.117
Despesa de juros/encargos sobre empréstimos	23.432	27.157
Receitas financeiras	(1.624)	(1.011)
Ganho na venda/baixa do imobilizado	(1.128)	(76)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(189)	451
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(6.497)	(5.903)
Estoques	84	(51)
Outros créditos	(1.054)	874
Impostos a recuperar	(1.363)	(569)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	470	945
Impostos e contribuições a recolher	155	(944)
Salários e encargos a pagar	<u>52</u>	<u>378</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>33.432</u>	<u>29.478</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(51.630)	(67.859)
Fornecedores - projetos	(64)	(26.223)
Impostos a recuperar - projetos	(178)	(12.108)
Recebimento na venda de ativo imobilizado	<u>2.500</u>	<u>-</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(49.372)</u>	<u>(106.190)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	18.548	36.000
Partes relacionadas	6.433	2.131
Captações de empréstimos e financiamentos	20.997	227.030
Empréstimos pagos	(4.852)	(148.410)
Receitas financeiras	1.624	1.011
Juros/encargos pagos sobre empréstimos	<u>(24.270)</u>	<u>(27.100)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	18.480	90.662
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>2.540</u></u>	<u><u>13.950</u></u>
Saldo no início do exercício	14.629	679
Saldo no fim do exercício	17.169	14.629
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u><u>2.540</u></u>	<u><u>13.950</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOGEN BRASIL SOLUÇÕES ENERGÉTICAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ecogen Brasil Soluções Energéticas S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 31 de outubro de 2002 com a razão social de Iqara Energy Services Ltda. A Controladora final da Companhia é a ME Serviços de Energia do Brasil Participações Ltda.

A Companhia tem por objeto desenvolver projetos de centrais elétricas em seus clientes, concentrando suas principais atividades na:

- Aquisição de bens móveis necessários à implementação e modernização de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização, de fornecedores locais ou estrangeiros.
- Instalação, operação e manutenção, diretamente ou por meio da contratação de terceiros, de bens próprios relativos a motores, compressores, câmaras de combustão, trocadores de calor e resfriadores de líquidos por absorção e por compressão, bem como todos os demais equipamentos, acessórios, peças e ferramentas necessários ao desenvolvimento de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização.
- Produção e comercialização de energia elétrica para atendimento exclusivo a seus clientes, como produtora independente de energia, vapor, água quente e gelada e outros produtos derivados de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização.
- Prestação de serviços técnicos relacionados à exploração de centrais de geração de energia elétrica, cogeração, água gelada, refrigeração, sistemas de recuperação de calor e unidades de climatização.

A Companhia tem como clientes indústrias, edifícios comerciais, shopping centers e hotéis.

Os projetos de centrais elétricas desenvolvidos pela Companhia e acordados com seus clientes podem utilizar gás natural, diesel, biogás e biomassa, entre outros combustíveis alternativos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

3. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levar essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 25 - instrumentos financeiros.

4. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa nº 6.(i) e nº 6.(f).

b) Estimativas

As informações sobre premissas relativas às estimativas que possuem risco significativo, estão incluídas nas seguintes notas explicativas;

- Nota explicativa nº 24 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 6.(i) - teste de redução a valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis;
- Nota explicativa nº 18 - reconhecimento e mensuração das provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis detalhadas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita operacional

A Companhia possui receitas de vendas de mercadorias, de locação de equipamentos e de prestação de serviços, obedecendo à especificidade de cada contrato. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos comerciais.

O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda. Para as vendas de mercadorias, que são basicamente, venda de energia e vapor, a transferência de riscos e benefícios ocorre quando a energia ou o vapor é entregue ao cliente. Nos casos de locação de equipamento a transferência de riscos e benefícios ocorre conforme a alocação e utilização do ativo nas operações do cliente, já para os casos de prestação de serviços a transferência de riscos e benefícios ocorre conforme o estágio de conclusão dos serviços.

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio das datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos às taxas das transações.

As diferenças cambiais resultantes da reconversão dos instrumentos financeiros em moeda estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, quando a proteção (“hedge”) de fluxo de caixa que se qualifica é efetiva.

c) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida e inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos registrados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia não possui ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos e caixa e equivalentes de caixa.

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são parte integrante da gestão de caixa da Companhia. Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original igual ou inferior a três meses e que são prontamente convertidos em um montante conhecido de caixa e sujeito a um risco insignificante de alteração no valor justo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, eles são mensurados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas dentro do patrimônio como ajustes de avaliação patrimonial. Quando esses ativos são desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados mantidos como ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos bancários, debêntures, fornecedores, fornecedores (projetos) e partes relacionadas.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso certos critérios sejam atingidos.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações são registradas no resultado.

Contabilidade de “hedge”

A Companhia designa instrumentos de “hedge”, incluindo derivativos, relacionados a riscos com moeda estrangeira, como “hedge” de fluxo de caixa em operações no exterior. Os “hedges” para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como “hedges” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

A nota explicativa nº 25 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedges” de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como instrumento de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O valor acumulado mantido em ajustes de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado no mesmo período em que o item objeto do hedge afeta o resultado.

Caso o instrumento de hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto e quando consignados no fim do exercício, são reconhecidos como passivo.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques referem-se a materiais utilizados nas centrais de energia, na operação e manutenção da prestação dos serviços, e são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

f) Arrendamento

Conforme requerido pela interpretação técnica ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, no começo de um contrato de desenvolvimento dos projetos de centrais elétricas, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições a seguir forem atendidas:

- O cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos.
- O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

A Companhia analisa os acordos existentes em datas subsequentes, com base nos fatos e nas circunstâncias existentes nessas datas, para determinar se os acordos são ou contêm um arrendamento.

A Companhia não identificou acordos que sejam ou contenham um arrendamento financeiro como resultado dessa análise em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando necessário.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos na rubrica “Outras receitas operacionais” no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e iniciam seu uso ou, em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo passa a ser utilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Vida útil</u>
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos - escritório/Equipamentos de informática e Sistemas e aplicativos	5 anos
Máquinas e equipamentos - operacional (*)	7-20 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

(*) A depreciação de máquinas e equipamentos - operacional reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final dos contratos para os ativos em que a Companhia não consegue remover da respectiva planta do cliente ou a vida útil do ativo subjacente no caso de ativos que possam ser retirados da planta do cliente e possuam perspectiva de realização futura.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

Compreendem custos de projetos que são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e de quaisquer perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando necessário.

A amortização dos custos de projetos reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos vinculados sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final dos contratos.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i) Redução ao valor recuperável

(i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferido, são revisados a cada encerramento de exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidade geradora de caixa).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores é avaliada a cada encerramento de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente se o valor contábil do ativo não exceder o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhuma evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, em complemento ao valor provisionado em anos anteriores.

(ii) Ativos financeiros

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São avaliados no fim de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências objetivas de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenham resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas de prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva presente como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Plano de benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago dos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos, debêntures e partes relacionadas, reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Imposto corrente

O imposto de renda corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. O imposto de renda corrente é mensurado com base nas alíquotas de impostos efetivas na data do balanço.

(ii) Imposto diferido

O imposto de renda diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação, sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados e por diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

A mensuração do imposto de renda diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

n) Valor presente

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de uma transação. A Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre ativos e passivos financeiros em virtude de não ter efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

7. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

As IFRSs novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não tiveram efeito relevante sobre os valores divulgados para os exercícios corrente e anterior.

CPC	IFRS/IAS/IFRIC	Descrição
CPC 39	IAS 32	Alterações à norma - Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos
ICPC 19	IFRIC 21	Taxas do governo

a) Normas e interpretações novas ainda não adotadas

Modificações à IFRS 9 e à IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (i)
Atualizações à IAS 16 e à IAS 38	Ativo Imobilizado e Ativos Intangíveis (ii)
IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes (iii)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (iv)

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016

(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

(iv) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia encontra-se em processo de avaliação dos impactos que podem ser gerados a partir dessas novas normas, ainda não aplicadas, e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Caixa e bancos	4.775	4.285
Aplicações financeiras	<u>12.394</u>	<u>10.344</u>
	<u>17.169</u>	<u>14.629</u>

As aplicações financeiras compromissadas, de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor de mercado e referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados a taxas que variam entre 101% e 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas a receber de clientes	<u>29.796</u>	<u>23.299</u>
Circulante	26.043	22.287
Não circulante	3.753	1.012

A abertura das contas a receber vencidas está apresentada a seguir:

<u>Contas a receber</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
De 1 a 30 dias	3.929	2.331
De 31 a 90 dias	811	1.570
De 91 a 180 dias	154	170
Acima de 180 dias	<u>2.773</u>	<u>483</u>
	<u>7.667</u>	<u>4.554</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de perdas da Companhia, na análise individualizada dos títulos vencidos e nas negociações em andamento dos saldos com seus clientes. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa, visto que a Companhia não possui expectativa de perda na realização das contas a receber de seus clientes.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados às contas a receber está divulgada na nota explicativa nº 25.(i).

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.286	887
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (a)	118	184
Impostos retidos sobre serviços (b)	2.473	1.610
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (c)	13.822	13.578
Outros impostos a recuperar	<u>418</u>	<u>317</u>
	<u>18.117</u>	<u>16.576</u>
Circulante	7.495	6.555
Não circulante	10.622	10.021

- (a) Refere-se ao ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado para os projetos que são tributados na emissão da nota fiscal de venda de energia, sendo eles Inapel, Ahlstrom, Levorin, Infinity e Jardim Sul.
- (b) Referem-se à retenção de PIS, COFINS e contribuição social - retenção sobre a prestação de serviços (Lei nº 10.833/03), Imposto Sobre Serviços - ISS e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
- (c) Referem-se a PIS e COFINS a recuperar sobre aquisições de ativo imobilizado dos projetos em construção. Os créditos anteriores a Lei nº 12.546/11, estão sendo compensados em 48 meses, após o início de operação do respectivo projeto. Conforme opção dada pela Lei nº 12.546/11, a partir 2013 a Companhia passou a compensar tais créditos conforme disponibilidade de débitos para compensação.

11. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 relativos às operações com partes relacionadas decorrem de operações entre a Companhia e sua controladora, seus acionistas e o pessoal-chave da Administração.

Os saldos e as transações com partes relacionadas são como segue:

<u>Ativo circulante</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ecogen Brasil Participações S.A. (*)	-	<u>6.433</u>

- (*) Em 30 de abril de 2014 a controladora Ecogen Brasil Participações S.A. efetuou a quitação do saldo em aberto.

Remuneração do pessoal-chave

A seguir, os montantes referentes à remuneração total do pessoal-chave da Administração:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Remuneração bruta	<u>3.385</u>	<u>2.551</u>
	<u>3.385</u>	<u>2.551</u>

12. IMOBILIZADO

a) Composição

	2014			2013
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Custo dos bens sujeitos à depreciação:				
Máquinas e equipamentos - escritório	856	(205)	651	375
Máquinas e equipamentos - operacional	357.101	(73.272)	283.829	251.252
Equipamentos de informática	1.340	(858)	482	502
Sistemas aplicativos	1.637	(844)	793	611
Móveis e utensílios	1.834	(273)	1.561	1.711
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>4.310</u>	<u>(807)</u>	<u>3.503</u>	<u>3.781</u>
	<u>367.078</u>	<u>(76.259)</u>	<u>290.819</u>	<u>258.232</u>
Imobilizado em curso				
Adiantamento a fornecedores	<u>2.266</u>	<u>-</u>	<u>2.266</u>	<u>2.280</u>
	<u>369.344</u>	<u>(76.259)</u>	<u>293.085</u>	<u>260.512</u>

b) Movimentação do custo

	<u>Saldo em 2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 2014</u>
Máquinas e equipamentos - escritório	515	341	-	-	856
Máquinas e equipamentos - operacional	309.267	50.119	(2.378)	93	357.101
Equipamentos de informática	1.220	120	-	-	1.340
Sistemas aplicativos	1.254	383	-	-	1.637
Móveis e utensílios	1.755	79	-	-	1.834
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.403	-	-	(93)	4.310
Adiantamento a fornecedores	<u>2.280</u>	<u>5</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>2.266</u>
	<u>320.694</u>	<u>51.047</u>	<u>(2.397)</u>	<u>-</u>	<u>369.344</u>

	<u>Saldo em 2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 2013</u>
Instalações	1.894	-	(1.894)	-	-
Máquinas e equipamentos - escritório	241	274	-	-	515
Máquinas e equipamentos - operacional	243.070	63.213	(358)	3.342	309.267
Equipamentos de informática	921	296	-	3	1.220
Sistemas aplicativos	1.056	198	-	-	1.254
Móveis e utensílios	186	1.758	(187)	(3)	1.754
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.908	2.120	(633)	8	4.403
Adiantamento a fornecedores	<u>5.758</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>	<u>(3.350)</u>	<u>2.282</u>
	<u>256.034</u>	<u>67.859</u>	<u>(3.198)</u>	<u>-</u>	<u>320.695</u>

c) Movimentação da depreciação acumulada

	<u>Saldo em 2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2014</u>
Máquinas e equipamentos - escritório	(140)	(65)	-	(205)
Máquinas e equipamentos - operacional	(58.015)	(16.504)	1.247	(73.272)
Equipamentos de informática	(718)	(141)	-	(859)
Sistemas aplicativos	(643)	(200)	-	(843)
Móveis e utensílios	(44)	(228)	-	(272)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(622)</u>	<u>(185)</u>	<u>-</u>	<u>(807)</u>
	<u>(60.182)</u>	<u>(17.323)</u>	<u>1.247</u>	<u>(76.258)</u>

	<u>Saldo em 2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2013</u>
Instalações	(1.206)	(174)	1.380	-
Máquinas e equipamentos - escritório	(108)	(32)	-	(140)
Máquinas e equipamentos - operacional	(42.822)	(15.291)	98	(58.015)
Equipamentos de informática	(601)	(117)	-	(718)
Sistemas aplicativos	(473)	(170)	-	(643)
Móveis e utensílios	(109)	(62)	127	(44)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>(971)</u>	<u>(284)</u>	<u>633</u>	<u>(622)</u>
	<u>(46.290)</u>	<u>(16.130)</u>	<u>2.238</u>	<u>(60.182)</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia identificou ativos que pertenciam ao projeto do Shopping Ilha Plaza, cujo distrato contratual foi efetuado em janeiro de 2013. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia desativou a planta e contabilizou as baixas destes ativos.

13. INTANGÍVEL

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Gastos com projetos	18.721	16.531
Amortização acumulada	<u>(5.713)</u>	<u>(4.693)</u>
	<u>13.008</u>	<u>11.838</u>

a) Movimentação do custo do intangível

	<u>Saldo em 2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2014</u>
Intangível	<u>16.531</u>	<u>2.592</u>	<u>(402)</u>	<u>18.721</u>

b) Movimentação da amortização do intangível

	<u>Saldo em 2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2014</u>
Intangível	<u>(4.693)</u>	<u>(1.200)</u>	<u>180</u>	<u>(5.713)</u>

14. FORNECEDORES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fornecedores – projetos (a)	2.526	2.590
Fornecedores – operações (b)	<u>4.427</u>	<u>3.957</u>
	<u>6.953</u>	<u>6.547</u>

(a) Os valores descritos referem-se especificamente aos fornecedores de projetos das centrais de energia.

(b) Os valores de fornecedores operações referem-se especificamente aos fornecimentos para as centrais que estão em operação.

15. EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

a) Debêntures

Em 14 de agosto de 2013, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas aprovando a terceira emissão pública de debêntures simples, no total de até 20.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em três séries, da espécie com garantia flutuante, com garantia real adicional, a serem distribuídas com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476/09, no valor total de R\$200.000, com prazo de vencimento em oito anos. A emissão foi autorizada em três séries, sendo 5.000 debêntures da primeira série, até 10.000 da segunda série e 5.000 da terceira série. A emissão da primeira série da terceira emissão foi concluída em 13 de setembro de 2013, no valor de R\$50.000, e a segunda série da terceira emissão, no valor de R\$50.000, foi concluída em 4 de novembro de 2013.

Em 4 de novembro de 2013, a Companhia decidiu quitar a segunda emissão de debêntures no valor de R\$95.000.

A terceira emissão prevê a manutenção de índices de endividamento com parâmetros preestabelecidos, conforme segue:

- Dívida líquida/EBITDA: $\leq 5,75$ em 2013, ≤ 5 em 2014, $\leq 4,25$ em 2015, $\leq 3,25$ em 2016 e $\leq 2,5$ a partir de 2017.

A apuração do índice mencionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 resultaram nos seguintes valores, 4,82 e 5,39, respectivamente.

b) Empréstimos com o Banco BTMU

Em 13 de maio e 30 de setembro de 2013, a Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira com o Banco BTMU Leasing & Finance, Inc. (“Banco BTMU”), nos montantes de US\$10.000 mil e US\$20.000 mil, respectivamente. Os respectivos contratos são objeto de “hedge”, conforme mencionado na nota explicativa nº 25.

Os contratos de empréstimos com o Banco BTMU preveem a manutenção de índices de endividamento e de lucro líquido com parâmetros preestabelecidos conforme segue:

- Dívida líquida/EBITDA: $\leq 5,75$ em 2013, ≤ 5 em 2014, ≤ 5 em 2015, $\leq 4,20$ em 2016 e $\leq 2,5$ a partir de 2017.
- Relação de dívida/patrimônio líquido: $\leq 1,75$ em 2013, $\leq 1,61$ em 2014, $\leq 1,50$ em 2015, $\leq 1,20$ em 2016 e $\leq 1,00$ a partir de 2017.
- Durante o prazo contratual a Companhia não poderá ter dois anos consecutivos de prejuízo.

A apuração dos índices mencionados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 resultaram nos seguintes valores:

- Dívida líquida/EBITDA = 4,82 em 31 de dezembro de 2014 e 5,39 em 31 de dezembro de 2013.
- Relação dívida/patrimônio líquido = 1,61 em 31 de dezembro de 2014 e 1,75 em 31 de dezembro de 2013.

Cálculo dos índices:

Dívida líquida/EBITDA

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total de empréstimos e financiamentos	237.015	210.179
(-) Variação cambial - contratos BTMU NY	(14.396)	(4.875)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(17.169)</u>	<u>(14.629)</u>
Dívida líquida	<u>205.450</u>	<u>190.675</u>

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
EBITDA	<u>42.636</u>	<u>35.363</u>
Dívida líquida/EBITDA	<u>4,82</u>	<u>5,39</u>
<u>Relação dívida/patrimônio líquido</u>		
	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total de empréstimos e financiamentos	237.015	210.179
(-) Variação cambial - Contratos empréstimo BTMU NY	<u>(14.396)</u>	<u>(4.875)</u>
Relação dívida	<u>222.619</u>	<u>205.304</u>
Patrimônio líquido	135.834	115.005
(+) Efeito SWAP BTMU	<u>2.617</u>	<u>2.327</u>
	<u>138.451</u>	<u>117.332</u>
Relação dívida/patrimônio líquido	<u>1,61</u>	<u>1,75</u>

c) Banco Desenvolve SP

Em 7 de abril de 2012 e 18 de abril de 2013, a Companhia contratou financiamentos do Banco Desenvolve SP, nos montantes de R\$8.000 e R\$21.981, respectivamente. Tais financiamentos foram cedidos com prazos de 84 e 120 meses, tendo 12 e 24 meses de carência, respectivamente. As garantias estão mencionadas no quadro da página a seguir.

d) Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME

A Companhia é parte em diversos contratos de financiamento de equipamentos, os quais foram tomados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Esses contratos são denominados na linha FINAME, os quais possuem como garantia o próprio equipamento financiado.

e) Proesco

A Companhia firmou um contrato de financiamento em 11 de junho de 2014 com o BNDES, na modalidade Proesco. O programa Proesco tem o objetivo de financiar empreendimentos ligados a intervenções que comprovadamente contribuam para a economia de energia, aumentem a eficiência global do sistema energético ou promovam a substituição de combustíveis de origem fóssil por fontes renováveis.

O contrato possui valor de R\$39.542 e prevê liberações de recursos para os projetos definidos previamente e conforme a necessidade de caixa da Companhia, bem como, o cumprimento de obrigações mencionadas em contrato. O prazo do contrato é de 72 meses, sendo 12 meses de carência em relação a data de assinatura do contrato e mais 60 meses de amortização da dívida.

Em 16 de setembro de 2014 e 26 de dezembro de 2014, o BNDES efetuou a liberação de R\$20.000 e R\$997, respectivamente, referentes aos projetos Odebrecht, Américas, Pátio Cianê e Itaboraí.

f) Demais empréstimos

Com relação aos demais empréstimos tomados, não existem “covenants” financeiros e a previsão de vencimento antecipado não contém cláusulas adicionais às já constantes nas debêntures anteriormente mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia cumpriu todas as cláusulas de “covenants” estipuladas.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Debêntures - Banco Itaú BBA S.A. (i)	R\$	Ago./2021	100% do CDI + 2,20% a.a.	100.640	100.462
BNDES - Proesco (ii)	R\$	Mar./2017	TJLP + 1,4% a.a.	2.588	3.740
BNDES - Proesco (v)	R\$	Jun./2020	TJLP + 1,5% a.a.	21.054	-
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Mar./2015	TJLP + 4,4% a.a.	143	181
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Mai./2016	TJLP + 4,4% a.a.	452	164
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Jul.-ago./2016	6,50% a.a.	1.269	2.596
BNDES - FINAME (iii)	R\$	Jul.-set./2016	5,50% a.a.	2.719	3.816
Banco Desenvolve SP (iv)	R\$	Mar./2019	IPC + 6% a.a.	6.043	7.038
Banco Desenvolve SP (iv)	R\$	Fev./2023	IPC + 5% a.a.	22.221	22.177
Banco BTMU 1	US\$	Mai./2020	100% do Libor + 2,5% a.a.	26.931	23.714
Banco BTMU 2	US\$	Out./2020	100% do Libor + 1,95% a.a.	54.645	48.100
Custos de transação	R\$			<u>(1.690)</u>	<u>(1.809)</u>
Total				<u>237.015</u>	<u>210.179</u>
		Circulante		16.916	6.767
		Não circulante		220.099	203.412

Garantias

- (i) Cessão fiduciária dos direitos de crédito dos projetos Ahlstrom, Shopping Porto Velho, Shopping Jardim Guadalupe, Shopping Taboão, Shopping Cariri, Shopping Center Vale, Shopping Bandeiras, Edifício Odebrecht e Shopping Via Vale.
- (ii) Fiança bancária emitida pelo Banco Itaú BBA S.A. no valor de R\$5.736. Para a emissão dessa fiança foram cedidos direitos creditórios do Shopping Boulevard BH.
- (iii) A Companhia constituiu garantia de equipamentos adquiridos com recursos do BNDES/FINAME, os quais estão instalados nas seguintes centrais de energia: Edifício Rochaverá, Edifício Infinity, Shopping Jardim Guadalupe, Shopping Campo Grande, Shopping Norte Sul Plaza, Edifício Sky, Shopping Center Via Vale e Shopping Bandeiras. O valor total dos equipamentos, equivalente ao montante financiado por meio do FINAME, é de R\$9.887.
- (iv) Cessão fiduciária dos direitos creditórios do projeto Norte Sul Plaza e alienação fiduciária de equipamentos dos projetos Levorin, Shopping Interlagos, Super Shopping Osasco, Ahlstrom, Shopping Center Vale, Shopping Via Vale, Shopping Bandeiras, Shopping Goiabeiras, Edifício Sky e Edifício Odebrecht, totalizando R\$26.576 em equipamentos.
- (v) Fiança bancária emitida pelo Banco Santander no valor de R\$39.542.

As parcelas classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Valor</u>
2015	13.256
2016	40.748
2017	38.729
2018	37.899
2019	36.826
2020	34.368
2021	15.068
2022	2.748
2023	457
	<u>220.099</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
ICMS	214	172
COFINS	198	314
PIS	44	68
ISS	219	251
Outros impostos (*)	<u>769</u>	<u>484</u>
	<u>1.444</u>	<u>1.289</u>

(*) Referem-se às retenções de impostos (imposto de renda, CSLL, ISS, PIS, COFINS e INSS) de fornecedores de serviços.

17. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Previdência social a recolher	136	246
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	95	76
IRRF sobre folha de pagamento	190	166
Provisão de férias e encargos	1.276	978
Provisão para bônus	1.864	2.009
Outros valores	<u>156</u>	<u>190</u>
	<u>3.717</u>	<u>3.665</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo aspectos trabalhistas e tributários.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e também na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não identificou a necessidade de constituição de provisão para contingências em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$172.460, e está representado por 172.460.097 ações ordinárias, sem valor nominal, sendo 172.460.096 de propriedade da Ecogen Brasil Participações S.A e 1 ação de propriedade da Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Em 14 de abril de 2014, o acionista aumentou o capital social da Companhia mediante a emissão de 18.547.855 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R\$18.548.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado o dividendo de 100%, após a constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo de ajuste de avaliação patrimonial está composto pelo “valor justo” dos contratos de derivativos utilizados para proteção dos empréstimos tomados em US\$, líquido de impostos.

20. RECEITA OPERACIONAL

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Venda de produtos	21.935	21.225
Locação de equipamentos	60.746	49.541
Serviços prestados	18.296	17.746
Impostos sobre serviços, locação e mercadorias	(13.915)	(12.496)
	<u>87.062</u>	<u>76.016</u>

21. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e encargos	(9.006)	(7.315)
Combustíveis, lubrificantes e materiais	(13.001)	(13.166)
Prestação de serviços	(8.865)	(8.727)
Depreciação e amortização	<u>(17.837)</u>	<u>(16.649)</u>
	<u>(48.709)</u>	<u>(45.857)</u>

22. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários e encargos	(8.396)	(6.859)
Materiais	(139)	(149)
Prestação de serviços	(5.019)	(4.437)
Depreciação e amortização	<u>(690)</u>	<u>(469)</u>
	<u>(14.244)</u>	<u>(11.914)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(23.110)	(15.781)
Comissões sobre empréstimos	(201)	(7.067)
Juros de mora	-	(1.798)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2)	(830)
Tarifas bancárias	(180)	(158)
Fianças	(308)	(725)
Multas	(93)	(466)
Outras	<u>(327)</u>	<u>(332)</u>
	<u>(24.221)</u>	<u>(27.157)</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	1.392	952
Juros	211	20
Descontos recebidos	21	39
Outros	<u>138</u>	<u>-</u>
	<u>1.762</u>	<u>1.011</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(22.459)</u>	<u>(26.146)</u>

24. COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição sociais diferidos foram calculados como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Efeito no resultado de 2014</u>	<u>Efeito em outros resultados abrangentes de 2014</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	11.067	5.992	5.075	-
“Hedge accounting”	1.348	1.199	-	149
Diferenças temporárias	<u>1.218</u>	<u>1.193</u>	<u>25</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos ativos	<u>13.633</u>	<u>8.384</u>	<u>5.100</u>	<u>149</u>
Depreciação e amortização (vida útil)	<u>(12.048)</u>	<u>(7.137)</u>	<u>(4.911)</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos passivos	<u>(12.048)</u>	<u>(7.137)</u>	<u>(4.911)</u>	<u>-</u>
Impostos diferidos ativos - efeito líquido	<u>1.585</u>	<u>1.247</u>	<u>189</u>	<u>149</u>

A Administração da Companhia considera que os ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias serão realizados quando da baixa efetiva dos ativos que são objeto de “impairment”, relativos ao projeto Shopping Brás e reconhecimento das despesas como dedutíveis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Diretoria relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, também reconheceu créditos tributários sobre parte dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores, que não têm prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais.

A expectativa da Administração da Companhia é de que a realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos tenha início a partir do exercício de 2016, com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados possam ser utilizados.

As projeções sobre os lucros tributáveis futuros consideram estimativas que estão relacionadas, entre outros, com o desempenho da Companhia, assim como o comportamento de seu mercado de atuação e determinados aspectos econômicos. Os valores reais podem diferir das estimativas adotadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferido passivo, no montante de R\$12.048 (R\$7.137 em 2013), foram registrados para refletir os efeitos das diferenças temporárias entre a base fiscal e contábil a respeito da vida útil dos ativos.

A Companhia estima que o ativo de imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo será realizado da seguinte forma:

<u>Exercício</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
2016	715	257	972
2017	1.635	589	2.224
2018	2.824	1.017	3.841
2019	<u>2.963</u>	<u>1.067</u>	<u>4.030</u>
Total	<u>8.137</u>	<u>2.930</u>	<u>11.067</u>

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía prejuízos fiscais totais a compensar sobre os seguintes valores-base:

Prejuízos fiscais	56.609
Base negativa de contribuição social	56.609

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa de contribuição social está limitada a 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A conciliação do resultado calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e do imposto de renda e da contribuição social debitados no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>2.382</u>	<u>(8.439)</u>
Expectativa de crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota de 34%	(810)	2.869
Efeito das multas indedutíveis	-	(478)
Efeito das remunerações não dedutíveis	(289)	(573)
Efeito dos prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos, agora reconhecidos como impostos diferidos ativos	1.352	(2.231)
Outros efeitos	<u>(64)</u>	<u>(38)</u>
Despesa (crédito) de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>189</u>	<u>(451)</u>
Alíquota efetiva	(7%)	5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	5.100	2.535
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(4.911)	(2.986)

Os encargos tributários, as contribuições apuradas e recolhidas pela Companhia e as declarações de rendimentos estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis.

Avaliação dos impactos da Medida Provisória nº 627/13

A Medida Provisória nº 627, convertida na Lei 12.973/14, em 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Medida entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015.

As disposições previstas na referida Lei têm vigência a partir de 2015. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu não adotar antecipadamente a referida Lei, uma vez que a sua adoção antecipada não resultaria em ajustes relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. No que se refere aos valores relativos a resultados que possam ser distribuídos após a publicação da referida Medida Provisória, relacionados ao resultado apurado nos exercícios de 2008 a 2014, a Administração da Companhia concluiu que não serão superiores aos que seriam apurados em consonância com os métodos e práticas contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, não devendo incidir sobre eles nenhum encargo tributário.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cuja administração é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelos acionistas, sendo subsequentemente analisada de forma periódica quanto à exposição ao risco que a Administração pretende proteger. A Companhia não realiza aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter efeito material nos valores de realização estimados.

As políticas de administração de risco da Companhia foram estabelecidas pelos acionistas a fim de identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para estabelecer apropriados limites de riscos e controles e monitorar os riscos e a aderência aos limites. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.196/09, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPCs 38, 39 e 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como empréstimos e recebíveis. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros pelo custo amortizado.

- Empréstimos bancários e debêntures

O principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar os projetos de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo. As operações são classificadas como passivos financeiros pelo custo amortizado e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes a seus valores contábeis.

- “Hedge” de fluxo de caixa

A Companhia assinou contratos futuros de moeda (com prazos de sete anos) para a cobertura do risco de taxa de câmbio decorrente das transações de empréstimos em dólares norte-americanos com o Banco BTMU, que foram designados como “hedge” de fluxo de caixa.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas em 31 de dezembro de 2014:

	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro ao custo amortizado	Contratos de “swap” designados como “hedge” de fluxo de caixa	Total
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	17.169	-	-	17.169
Contas a receber de clientes	29.796	-	-	29.796
Outros créditos	702	-	-	702
Instrumentos financeiros (*)	-	-	10.198	10.198
Passivos:				
Fornecedores	-	6.953	-	6.953
Empréstimos bancários	-	138.064	-	138.064
Debêntures	-	98.951	-	98.951

Em 31 de dezembro de 2013:

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	<u>Passivo financeiro ao custo amortizado</u>	<u>Contratos de “swap” designados como “hedge” de fluxo de caixa</u>	<u>Total</u>
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	14.629	-	-	14.629
Contas a receber de clientes	23.299	-	-	23.299
Outros créditos	746	-	-	746
Partes relacionadas	6.433	-	-	6.433
Instrumentos financeiros (*)	-	-	2.471	2.471
Passivos:				
Fornecedores	-	6.547	-	6.547
Empréstimos bancários	-	111.526	-	111.526
Debêntures	-	98.653	-	98.653
Instrumentos financeiros (*)	-	-	1.355	1.355

(*) Nas datas de contratação dos empréstimos em moeda estrangeira com o Banco BTMU, nos montantes de US\$10.000 mil e US\$20.000 mil, a Companhia contratou simultaneamente com o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. contratos de derivativos para proteção à exposição cambial com as seguintes características:

	<u>Valor nocional</u>	<u>Dados para apuração do valor garantido</u>	
		<u>Pelo Banco</u>	<u>Pela Companhia</u>
Banco BTMU - US\$20.000 mil	45.170	100% CDI + 1,9% a.a.	100% Libor semestral + 1,95%
Banco BTMU - US\$10.000 mil	20.233	100% CDI + 2,3% a.a.	100% Libor semestral + 2,5%

Os efeitos contabilizados relativos aos empréstimos tomados em US\$, bem como os instrumentos financeiros utilizados para proteção (“hedge accounting”) em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão divulgados a seguir:

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Ativo não circulante:			
Instrumentos financeiros		10.198	2.471
Impostos diferidos	24	1.348	1.199
Passivo não circulante			
Instrumentos financeiros		-	(1.355)
Variação cambial dos empréstimos e financiamentos	15	(14.396)	(4.875)
Patrimônio líquido			
Ajuste de avaliação patrimonial		2.167	2.327
Prejuízos acumulados		233	233

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir descritos:

(i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim

como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de “rating”.

A Administração da Companhia acredita que constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento.

(ii) Risco de liquidez

(iii) A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Por meio de sua Política de Gestão de Riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

(iv) Risco de taxa de câmbio

A Companhia mantém moeda estrangeira; conseqüentemente, está sujeita a exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos de “swap”.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não possuía saldos em moeda estrangeira, exceto pelos empréstimos com o Banco BTMU, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

(v) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. Um aumento ou uma redução de 10% é utilizado para apresentar internamente os riscos de taxa de juros ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de juros.

Se as taxas de juros fossem 10% mais altas e baixas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 cairia em R\$2.422. Isso ocorre, principalmente, devido à exposição da Companhia às taxas de juros dos empréstimos, feitos a taxas pós-fixadas.

c) Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A análise foi estruturada levando em consideração os seguintes itens: prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes.

Na análise foram identificados apenas ativos enquadrados no Nível 2, que se referem às aplicações financeiras e aos instrumentos financeiros designados como “hedge” de fluxo de caixa, em que o valor contábil equivale a seu valor justo.

26. COMPROMISSOS

A Companhia possui contratos de fornecimento de gás com a concessionária de gás canalizado Comgás - Companhia de Gás de São Paulo, de maneira que garanta o suprimento de gás para os projetos nos quais a Companhia é produtora de energia. As quantidades anuais mínimas contratadas, multiplicadas pelas tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2014, perfazem os seguintes valores (por contrato):

	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>Após 2017</u>
Levorin	7.388	7.388	7.388	7.388
Ahlstrom	1.788	1.788	1.788	8.494
Inapel	1.272	1.272	1.272	4.770
Infinity	242	242	-	-

As quantidades de gás contratadas que originaram os valores mencionados anteriormente estão de acordo com a necessidade de cada central de energia e implicam obrigação de compra somente na hipótese de continuidade das centrais de energia e, portanto, se houver continuidade no fornecimento de gás. Em caso de rescisão antecipada, a obrigação de compra futura inexistente e as multas contratuais seriam aplicáveis somente ao volume mínimo não consumido até a data da rescisão. Além disso, como contrapartida, os clientes das centrais de energia anteriormente mencionadas também possuem compromissos de consumo mínimo com a Companhia, os quais são suficientes para assegurar o cumprimento de quaisquer obrigações oriundas dos contratos com a concessionária de gás.

27. OUTRAS GARANTIAS

Em 6 de setembro de 2013, a Companhia firmou contrato de custódia de recursos financeiros com o Banco Itaú, no valor de R\$641. Esse contrato visa garantir o contrato de locação firmado entre a Companhia e o locador Shaula Empreendimentos e Participações Ltda. O imóvel locado abriga a sede da Companhia, localizada no Rochaverá Corporate Towers.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras; consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$27.251 para danos patrimoniais e R\$15.000 para responsabilidade civil.

29. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2014, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa; portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- A Companhia capitalizou juros no ativo imobilizado no montante de R\$2.009.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2015.
